



INSTITUTO HIDROGRÁFICO

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/PS/2025

**AQUISIÇÃO DE CARTAS E PUBLICAÇÕES NÁUTICAS
PARA 2025**

CADERNO DE ENCARGOS

Despacho de Aprovação:

Aprovado, ao abrigo do Despacho de delegação de competências, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Jorge Manuel Nobre de Sousa, conjugado com os artigos 36.º, 38.º e 40.º do Código dos Contratos Públicos.

O Diretor-Geral

João Paulo Ramalho Marreiros
Contra-almirante

**CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO A CONTRATOS
DE AQUISIÇÃO DE BENS
Concurso Público n.º 01/PS/2024**

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º | Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de cartas e publicações náuticas para 2025**.

Artigo 2.º | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato

O contrato mantém-se em vigor durante o ano de 2025, até à entrega dos bens ao contraente público em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário

Artigo 4.º | Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor a obrigação de fornecimento **de cartas e publicações náuticas para 2025**.

Artigo 5.º | Fases do fornecimento dos bens

Caso aplicável, os bens associados ao objeto do contrato compreendem a fase de manutenção e assistência técnica.

Artigo 6.º | Prazo de fornecimento dos bens

O fornecedor dos bens obriga-se à entrega dos mesmos ao contraente público em conformidade com todos os elementos referidos nos Anexos ao presente caderno de encargos, com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Artigo 7.º | Entrega dos bens objeto do contrato

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues no local designado pelo Instituto Hidrográfico na respetiva requisição.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, o seguinte:
 - a) Toda documentação que seja necessária para a boa e integral utilização daqueles;
 - b) Certificados de origem e de conformidade técnica, caso aplicável.
3. O não cumprimento do referido em 2. implicará a rejeição do material;

Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 8.º | Conformidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos, incluindo a conformidade com a amostra entregue durante a tramitação procedimental, caso aplicável.

2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, devem ser igualmente adequados às utilizações habitualmente dadas aos bens do mesmo tipo e, ainda, terem as qualidades e o desempenho habituais nos bens do mesmo tipo e que a entidade adjudicante pode razoavelmente esperar, atendendo à natureza do bem e, eventualmente, às declarações públicas sobre as suas características concretas feitas pelo produtor ou pelo seu representante, nomeadamente na publicidade ou na rotulagem.
3. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos bens objeto do contrato, que exista no momento em que os bens lhe são entregues.

Artigo 9.º | Inspeção dos bens

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre os bens fornecidos, sendo efetuada através de testes e por peritos técnicos do contraente público, para verificação das características, especificações e requisitos qualitativos.
3. Durante a fase da inspeção qualitativa, o adjudicatário deve prestar aos serviços competentes do contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 10.º | Inconformidades ou discrepâncias

1. No caso de a inspeção qualitativa indicada no artigo anterior não comprovar a total conformidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o contraente público procede à realização de nova inspeção qualitativa, nos termos do artigo anterior.
4. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente contrato ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

Artigo 11.º | Aceitação dos bens

1. Caso se comprove a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 dias a Guia de Receção (GR).
2. Com a assinatura da GR a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o Instituto Hidrográfico, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
3. A assinatura da GR a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo ao presente Caderno de Encargos.

Artigo 12.º | Rejeição dos fornecimentos

1. Os bens rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues.
2. Estas rejeições serão alvo de notificação ao adjudicatário, sendo as remoções dos bens feitas por conta e risco do mesmo.
3. Passados 8 dias sobre a respetiva notificação, se os bens rejeitados continuarem nas instalações do contraente público sem serem removidos, entende-se que estes passam para sua posse como incapazes.

Artigo 13.º | Fatura Eletrónica

O adjudicatário deverá emitir faturas eletrónicas nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e demais do normativo em vigor.

Artigo 14.º | Garantia dos bens

1. A garantia dos bens importa o compromisso de o adjudicatário se responsabilizar perante a entidade adjudicante, sem quaisquer encargos adicionais para este, de substituir, reparar ou ocupar-se de qualquer modo e, ainda, de reembolsar o preço pago, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.
2. Por reparação do bem entende-se que, na falta de conformidade do bem, a reposição do bem de consumo em conformidade com o presente contrato.
3. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos bens são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 15.º | Dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Instituto Hidrográfico, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O fornecedor deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente Caderno de Encargos, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Artigo 16.º | Preço base e contratual

1. O preço contratual para o procedimento é de **79.000 € (setenta e nove mil euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, cujo total corresponde ao valor máximo da despesa autorizada.
2. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Instituto Hidrográfico deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos aos bens como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Artigo 17.º | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Instituto Hidrográfico, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pelo Instituto Hidrográfico das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do Instituto Hidrográfico, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Artigo 18.º | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Instituto Hidrográfico pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato; até $P = VxA/500$, em que o P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do fornecimento do bem em atraso e A é o número de dias em atraso.
- b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica até $P = VxA/500$, em que o P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do fornecimento do bem em atraso e A é o número de dias em atraso.
- c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento até 20% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Instituto Hidrográfico pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Instituto Hidrográfico tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. O Instituto Hidrográfico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Instituto Hidrográfico exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 19.º | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 20.º | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Instituto Hidrográfico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Instituto Hidrográfico.

Artigo 21.º | Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos da cláusula 23.^a.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Instituto Hidrográfico, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Artigo 22.º | Execução da caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não foi exigida caução.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 23.º | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 24.º | Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 25.º | Contagem dos prazos

1. Na fase de formação dos contratos aplica-se o disposto no artigo 470º do CCP.
2. Na fase de execução dos contratos aplica-se o disposto no artigo 471º do CCP.

Artigo 26.º | Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime constante do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º

18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, o qual prevalece sobre as disposições que lhes sejam desconformes.

Artigo 27.º | Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo do círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

ANEXO A – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE 1 - CARTAS ELETRÓNICAS E PUBLICAÇÕES NÁUTICAS

1. OBJETIVO

Pretende-se definir as especificações para o fornecimento de cartas eletrónicas vetoriais (AVCS) e publicações digitais do Almirantado para o ano de 2025.

2. FORMA E PRAZO DE ENTREGA

Consoante as necessidades, o Instituto Hidrográfico enviará ao adjudicatário uma lista de cartas e/ou publicações associadas a determinada missão. O adjudicatário deverá responder com um orçamento discriminando as cartas e publicações náuticas, missão a missão, cumprindo os preços unitários contratados.

A entrega das cartas digitais e publicações eletrónicas deverá ser efetuada num prazo entre três a cinco dias, diretamente aos navios da Marinha Portuguesa.

3. DOCUMENTAÇÃO

- 3.1. As propostas deverão ser acompanhadas, sob pena de exclusão, de documentação adicional comprovativa de que o adjudicatário é revendedor ou distribuidor autorizado/certificado das cartas e publicações do Almirantado.
- 3.2. Deve ser apresentada cotação para a totalidade dos artigos identificados nas tabelas seguintes, sob pena de exclusão da proposta.
- 3.3. As propostas deverão conter tabelas de preços por tipo de cartas e publicações, em conformidade com a seguinte listagem e preços base unitários (PB):
 - a) Publicações Digitais (ADLL / ADRS / TOTAL TIDE) com preço para 3,6,9,12 meses, quando aplicável

Admiralty Digital List of Lights (ADLL)	12M	PB 12M	9M	PB 9M	6M	PB 6M	3M	PB 3M
Admiralty Digital List of Lights, Areas 1&2		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Lights, AREA 3		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Lights, AREA 4		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Lights, AREA 5		100 €		90 €		60 €		30 €

Admiralty Digital List of Lights, AREA 6		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Lights, AREA 7		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Lights, AREA 8		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Lights, AREA 9		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Lights, AREA 10		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Ratio Signals (ADRS)								
Admiralty Digital List of Radio Signals Vol.1345, Area 1		400 €		350 €		240 €		120 €
Admiralty Digital List of Radio Signals Vol.1345, Area 2		400 €		350 €		240 €		120 €
Admiralty Digital List of Radio Signals Vol.2, Area 1		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Radio Signals Vol.2, Area 2		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Radio Signals Vol.6, Area 1&2		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Radio Signals Vol.6, Area 3		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Radio Signals Vol.6, Area 4		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Radio Signals Vol.6, Area 5		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Radio Signals Vol.6, Area 6		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Radio Signals Vol.6, Area 7		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Radio Signals Vol.6, Area 8		100 €		90 €		60 €		30 €
Admiralty Digital List of Radio Signals Vol.6, Area 9		100 €		90 €		60 €		30 €

Admiralty Digital List of Radio Signals Vol.6, Area 10		100 €		90 €		60 €		30 €
Total Tide (ATT)								
Total Tide, Area 1 to 4		100 €		90 €		60 €		30 €
Total Tide, Area 5		100 €		90 €		60 €		30 €
Total Tide, Area 6		100 €		90 €		60 €		30 €
Total Tide, Area 7		100 €		90 €		60 €		30 €
Total Tide, Area 8		100 €		90 €		60 €		30 €
Total Tide, Area 9		100 €		90 €		60 €		30 €
Total Tide, Area 10		100 €		90 €		60 €		30 €
E-Publications								
Admiralty Sailing Directions (E-NPs 1-72)		60 €		50 €		30 €		20 €
Ocean Passages for the World (NP136 (1-2))		60 €		50 €		30 €		20 €
Guide to the Practical Use of ENC's (NP231)		60 €		50 €		30 €		20 €
Guide to ECDIS Implementation, Policy and Procedures (NP232)		60 €		50 €		30 €		20 €
E-NP100 - The Mariner's Handbook		60 €		50 €		30 €		20 €
Nautical Almanac (E-NP314)		60 €		50 €		30 €		20 €
Symbols and Abbreviations Used on ADMIRALTY Paper Charts (NP5011)		60 €		50 €		30 €		20 €
Guide to ENC Symbols Used in ECDIS (NP5012)		60 €		50 €		30 €		20 €
How to Keep Your ADMIRALTY Products Up-to-date (NP294)		60 €		50 €		30 €		20 €
IALA Maritime Buoyage System (NP735)		60 €		50 €		30 €		20 €
Annual Summary of ADMIRALTY Notices to Mariners (NP247(1) & (2))		60 €		50 €		30 €		20 €

Cumulative List of ADMIRALTY Notices to Mariners (NP234A & B)		60 €		50 €		30 €		20 €
NavPac and Compact Data		60 €		50 €		30 €		20 €

b) Cartas eletrónicas vectoriais (AVCS)

Cartas eletrónicas fornecidas à Unidade (ENC units) das áreas:

- Oceano Atlântico (Norte e Sul), incluindo os mares Negro, Báltico, Adriático, Mediterrâneo, Vermelho e Golfo de Áden;
- Costa Oeste do Oceano Índico e Oceano Pacífico

Nota: apresentar cotação para as AVCS com validade de 3, 6, 9 e 12 meses, quando aplicável.

AVCS	Cod	12M	PB 12M	9M	PB 9M	6M	PB 6M	3M	PB 3M
Albania	AL		35 €		25 €		20 €		10 €
Argentina	AR		80 €		60 €		50 €		25 €
Australia	AU		30 €		25 €		20 €		10 €
Bahrain	BH		45 €		35 €		30 €		15 €
Bangladesh	BD		80 €		70 €		50 €		25 €
Belgium	BE		40 €		30 €		25 €		15 €
Burma(Myanmar)	MM		40 €		30 €		25 €		15 €
Canada	CA		30 €		25 €		15 €		10 €
Chile	CL		45 €		40 €		30 €		15 €
China (People's Republic)	C1		30 €		25 €		20 €		10 €
Colombia	CO		65 €		50 €		40 €		20 €
Cook Islands	CK		30 €		25 €		15 €		10 €
Croatia	HR		40 €		30 €		25 €		15 €
Cuba	CU		55 €		45 €		35 €		20 €

Denmark	DK		100 €		80 €		60 €		30 €
Ecuador	EC		35 €		25 €		20 €		10 €
Egypt – Large	EG		120 €		100 €		70 €		35 €
Egypt – Medium	EG		65 €		50 €		40 €		20 €
Estonia	EE		40 €		35 €		25 €		15 €
Faroe Islands	D2		85 €		70 €		50 €		25 €
Finland	FI		30 €		25 €		15 €		10 €
France	FR		55 €		45 €		35 €		20 €
Georgia	GE		40 €		35 €		25 €		15 €
Germany	DE		35 €		30 €		20 €		10 €
Germany (HD ENCs)	DE		35 €		30 €		20 €		10 €
Greece	GR		40 €		35 €		25 €		15 €
Iceland	IS		30 €		25 €		15 €		10 €
India	IN		55 €		45 €		35 €		20 €
Indonesia	ID		75 €		60 €		45 €		25 €
Iran	IR		65 €		55 €		40 €		20 €
Israel	IL		35 €		30 €		20 €		10 €
Italy	IT		40 €		35 €		25 €		15 €
Japan	JP		15 €		15 €		10 €		10 €
Korea (Republic of)	KR		15 €		15 €		10 €		10 €
Latvia	LV		40 €		35 €		25 €		15 €
Lebanon	LB		75 €		60 €		45 €		25 €
Lithuania	LT		25 €		20 €		15 €		10 €

Malaysia	MY		65 €		55 €		40 €		20 €
Malacca and Singapore Straits	MS		70 €		60 €		45 €		25 €
Malta	MT		50 €		40 €		30 €		15 €
Mexico	MX		75 €		60 €		45 €		25 €
Montenegro	ME		35 €		30 €		20 €		10 €
Netherlands	NL		20 €		20 €		15 €		10 €
New Zealand	NZ		30 €		25 €		15 €		10 €
Nigeria	NG		60 €		50 €		35 €		20 €
Niue	NU		30 €		25 €		15 €		10 €
Norway	NO		25 €		20 €		15 €		10 €
Oman	OM		70 €		60 €		45 €		25 €
Pakistan	PK		120 €		100 €		70 €		35 €
Panama CA	PA		85 €		70 €		50 €		25 €
Panama MA	PA		60 €		50 €		35 €		20 €
Papua New Guinea	PG		30 €		25 €		15 €		10 €
Peru	PE		50 €		40 €		30 €		15 €
Philippines	PH		60 €		50 €		35 €		20 €
Poland	PL		35 €		30 €		20 €		10 €
Portugal	PT		60 €		50 €		35 €		20 €
Romania	RO		55 €		45 €		35 €		20 €
Russia (South)	RU		30 €		25 €		15 €		10 €
Russia (North)	RU		40 €		35 €		25 €		15 €
Samoa	WS		30 €		25 €		15 €		10 €

Saudi Arabia	S1		60 €		50 €		35 €		20 €
Singapore	SG		100 €		80 €		60 €		30 €
Slovenia	SI		40 €		35 €		25 €		15 €
Solomon Islands	SB		30 €		25 €		15 €		10 €
South Africa	ZA		35 €		30 €		20 €		10 €
Spain	ES		45 €		40 €		30 €		15 €
Sri Lanka	LK		60 €		50 €		35 €		20 €
Suriname	SR		25 €		20 €		15 €		10 €
Sweden	SE		25 €		20 €		15 €		10 €
Thailand	TH		40 €		35 €		25 €		15 €
Tokelau	TK		30 €		25 €		15 €		10 €
Tonga	TO		30 €		25 €		15 €		10 €
Tunisia	TN		50 €		40 €		30 €		15 €
Turkey	TR		40 €		35 €		25 €		15 €
UK - GB units	GB		50 €		40 €		30 €		15 €
UK - UK units	GB		50 €		40 €		30 €		15 €
UK - non IC-ENC	GB		50 €		40 €		30 €		15 €
Ukraine	UA		30 €		25 €		15 €		10 €
United States of America	US		25 €		20 €		15 €		10 €
Uruguay	UY		100 €		80 €		60 €		30 €
Vietnam North	V1		40 €		35 €		25 €		15 €
Vietnam South	V2		40 €		35 €		25 €		15 €

CADERNO DE ENCARGOS

Vietnam (Navy)	VN		50 €		40 €		30 €		15 €
Venezuela	VE		60 €		50 €		35 €		20 €
Taiwan	1U		60 €		50 €		35 €		20 €

LOTE 2 - CARTAS NÁUTICAS E PUBLICAÇÕES EM PAPEL**1. OBJETIVO**

Pretende-se definir as especificações para o fornecimento de cartas náuticas e publicações em papel do Almirantado para o ano de 2025.

2. FORMA E PRAZO DE ENTREGA

Consoante as necessidades, o Instituto Hidrográfico enviará ao adjudicatário uma lista de cartas e/ou publicações associadas a determinada missão. O adjudicatário deverá responder com um orçamento discriminando as cartas e publicações náuticas, missão a missão, cumprindo os preços unitários contratados.

A entrega das cartas náuticas e publicações deverá ser efetuada no prazo máximo de 1 semana, nas instalações do Instituto Hidrográfico.

3. DOCUMENTAÇÃO

- 3.1. As propostas deverão ser acompanhadas, sob pena de exclusão, de documentação adicional comprovativa de que o adjudicatário é revendedor ou distribuidor autorizado/certificado, diretamente ou por meio de subcontrato, das cartas e publicações do Almirantado.
- 3.2. Deve ser apresentada cotação para a totalidade dos artigos identificados nas tabelas seguintes, sob pena de exclusão da proposta.
- 3.3. As propostas deverão conter tabelas de preços por tipo de cartas e publicações, em conformidade com a seguinte listagem:
 - a) Artigos em papel – Cartas e Publicações;

Artigo	PB
Navigational Charts	
Standard Nautical (1-4999)	50 €
Thematic and Planning Charts	
Mariners Routeing Guides (5500-5599) including JP prefixes	55 €
Port Approach Guides (8000-8999)	55 €
Maritime Security Charts (Q6099, Q6110-Q6114)	55 €
Magnetic Variation Charts (5374-5399)	25 €
Ocean Routeing Charts (5124-5128, 5141-5149)	30 €
Reference Charts and World Information Charts (5006, D6083, Q2669, Q6353)	25 €

Gnomonic Charts (5095-5099)	25 €
Territorial Sea Baseline Charts (D334, D2512, D2635, D3597, D6350)	25 €
Plotting Diagrams and Sheets (5004, 5331 – 5349)	15 €
Instructional Charts (5041-5119, 5130-5140, D6067)	15 €
Reference Publications	
NP100 - The Mariner's Handbook	120 €
NP131 - Catalogue of Admiralty Charts and Publications	60 €
NP5011 - Symbols and Abbreviations used on Admiralty Charts	40 €
NP5012 - Admiralty Guide to ENC Symbols used in ECDIS	40 €
How Keep Admiralty Products Up-To-Date (NP294)	40 €
Routeing and Voyage Planning Publications	
Ocean Passages for the World NP136(1), 136(2)	150 €
Admiralty Distance Tables (NP350(1), (2), (3))	60 €
Admiralty Sailing Directions (NPs 1-72)	120 €
Admiralty List of Lights (NPs 74-86)	60 €
Admiralty List of Radio Signals (NPs 281(1) & (2), 282(1) & (2), 283 (1) & (2), 285, 286 (1), (2), (3), (4), (5), (6), (7), (8))	90 €
ALRS Vol 4, Meteorological Observation Stations (NP284)	60 €
Tidal Publications	
Admiralty Tide Tables (NPs 201-208)	60 €
Admiralty Tidal Stream Atlases (NPs 209, 218-222, 233, 249-257, 263-265, 337)	30 €
Celestial Publications	
Nautical Almanac (NP314)	60 €

b) Cartas em papel de outros Institutos Hidrográficos (Noruega, Dinamarca e outros países), incluindo as despesas de envio:

- Preço base unitário 90 €

c) *Tracings* do Almirantado

Fornecimento mensal do material de correção às cartas do almirantado utilizadas na execução e apoio das missões da Marinha Portuguesa:

- Preço base unitário 70€ por semana